

1 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

1.1 Diretrizes Contábeis

O Balanço Geral do Município de Erechim, CNPJ nº 87.613.477/0001-20, estabelecido na Praça da Bandeira, 354, Centro, compreende as ações governamentais executadas por todos os órgãos e entidades integrantes do Orçamento do Município.

As demonstrações que compõe o Balanço Geral foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, da Lei 5.246/2012 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Erechim para o exercício de 2013; da Lei 5.262/2012 que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2013; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade; e quando cabível, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no que diz respeito às exigências aos Municípios para o exercício de 2013, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Geral do Município referente ao exercício de 2013 é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme modelos definidos no MCASP e complementado por notas explicativas.

O Balanço Orçamentário, definido na Lei 4.320/64, demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas e as diferenças apuradas e as despesas (incluídos os créditos adicionais) previstas, executadas e as diferenças apuradas.

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A Lei 4.320/64, estabelece que o Ativo e o Passivo devem ser separados em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Para atender ao disposto na Lei 4.320/64, em anexo ao Balanço Patrimonial, são apresentados os totais dos Ativos segregados em financeiros (numerários e ativos cuja movimentação independa de autorização legislativa) e não-financeiros (ativos que dependam de autorização legislativa para serem adquiridos ou alienados). Por outro lado, os totais dos passivos foram segregados em financeiros (obrigações cujo pagamento independa de autorização legislativa) e não-financeiros (dívida fundada e demais passivos que dependa de autorização legislativa para serem honrados). A diferença entre o total do Ativo e o total do Passivo forma o Saldo Patrimonial.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Evidencia as movimentações ocorridas no caixa em fluxo das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

1.2 Mudanças de Critérios Contábeis

Em 2013 houve mudança na forma de contabilização dos créditos a receber. Até 2012, os créditos tributários a receber não eram reconhecidos no ativo do Município e o registro ocorria somente no momento do recebimento. Tal mudança, causou um aumento de R\$ 3.018.372,17 no Ativo do Município, tendo como contrapartida um aumento de igual valor nas variações patrimoniais aumentativas (receitas) do município. Os valores lançados referem-se a créditos em que os valores a receber podem ser apurados com relativa segurança e os lançamentos foram efetuados por declaração ou de ofício conforme previsto no Código Tributário Nacional.

1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Até 2012, no encerramento do exercício, os restos a pagar não processados, eram considerados como despesas do período, mesmo que não tenha ocorrido o fato gerador, tendo como contrapartida uma obrigação registrada no Passivo Circulante. A partir de 2013 este procedimento foi alterado, em razão das novas normas contábeis, e passaram a ser registrados no Passivo somente as obrigações líquidas e certas, atendendo o princípio da competência.

Como de 2012 para 2013 ocorreu a transição para atender as normas do MCASP, em 01 de janeiro de 2013 foi efetuado um lançamento de estorno dos restos a pagar não processados do Passivo Circulante em contrapartida a Ajustes de Exercícios Anteriores. O valor lançado foi de R\$ 6.096.863,19, o que provocou um aumento no Patrimônio Líquido do Município, pois este valor já havia sido lançado como despesa em exercícios anteriores, causando um impacto negativo no resultado do exercício de 2012.

Os demais valores lançados em Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se a despesas de exercícios encerrados que não tenham se processado em época própria (valor de R\$ 28.485,20), conforme Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64 e outros ajustes necessários para adequar a contabilidade às normas vigentes em 2013 num total de R\$ 940.250,22.

1.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

O resumo das principais práticas contábeis apresentam os critérios de mensuração e avaliação dos ativos e passivos do Município.

1.4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores do caixa e equivalentes de caixa foram mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa.

1.4.2 Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações foram mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas foram ajustados a valor presente.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas foram ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado.

1.4.3 Provisão Para Perdas da Dívida Ativa

Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

1.4.4 Estoques

Os estoques foram mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção.

Os custos dos estoques abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega não foram absorvidos pelos estoques.

1.4.5 Investimentos Permanentes

Os valores referentes às participações do Município na CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica e Brasil Telecon SA foram avaliadas pelo método do custo, sendo os valores atualizados pelo valor das ações no último dia do ano.

1.4.6 Imobilizado

O ativo imobilizado foi reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os valores registrados, bem como a respectiva depreciação acumulada são originados do sistema de patrimônio do Município, que controla os bens de forma analítica, sendo que a contabilidade efetua os registros com base nestas informações. No que se refere aos bens móveis, as taxas de depreciação de cada grupo sintético do imobilizado, bem como o valor residual dos bens seguem o disposto no Decreto municipal nº 3.653 de 15 de julho de 2011, que normatiza os procedimentos do registro à baixa dos bens patrimoniáveis móveis da administração direta do Município.

1.5 Informação adicional sobre itens constantes nas Demonstrações Contábeis

As informações adicionais visam esclarecer os itens apresentados no corpo das Demonstrações Contábeis a fim de auxiliar na compreensão e comparação com as apresentadas por outras entidades do setor público.

1.5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores do caixa e equivalentes de caixa contemplam o numerário e os

valores depositados nas contas correntes bancárias com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 31 de dezembro, os valores estavam assim distribuídos:

Conta	2012	2013	Variação %
Caixa	825,61	6.154,37	645,43%
Bancos Conta Movimento	1.109.545,85	839.931,40	-24,30%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	19.255.130,15	23.129.091,00	20,12%
TOTAL	20.365.501,61	23.975.176,77	17,72%

1.5.2 Créditos tributários a receber

Os créditos tributários decorrem de valores a receber de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) em que o Município consegue mensurar com segurança os valores devidos pelos contribuintes. Correspondem a tributos lançados por declaração do contribuinte (Art. 147 do Código Tributário Nacional – CTN), como o ITBI ou de ofício (Art. 149 do CTN), quando o Município efetua diretamente o lançamento, por determinação legal, como é o caso do IPTU, ISSQN fixo, Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Renovação de Alvará.

Os valores são divididos em créditos de curto prazo e longo prazo conforme o vencimento dos tributos. São registrados no curto prazo os créditos com vencimento até 31/12/2014, sendo que os vencidos e a vencer a partir de 01/01/2015 são contabilizados no longo prazo.

O lançamento destes tributos como créditos a receber começou a ser efetuado pelo Município em 2013, por esta razão não são apresentados valores comparativos em 2012. A exigência do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos tributários ou não, com base no fato gerador, está prevista no MCASP – Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

1.5.3 Dívida ativa tributária e não tributária

A Dívida Ativa, regulamentada a partir da legislação pertinente, abrange os créditos em favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.

A inscrição segue os procedimentos descritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

O montante lançado no curto prazo corresponde aos créditos a vencer até 31/12/2014, já os créditos vencidos e que vencerão a partir de 01/01/2015 são registrados no longo prazo.

Em 31/12/2013 estavam registrados no curto e longo prazo os seguintes valores da dívida ativa.

Conta	2012	2013	Variação %
Dívida Ativa Tributária – Curto Prazo	7.465.260,42	1.730.030,96	-76,83%
Dívida Ativa Não Tributária – Curto Prazo	565.609,61	286.855,85	-49,28%
Total Dívida Ativa Curto Prazo	8.030.870,03	2.016.886,81	-74,89%
Dívida Ativa Tributária – Longo Prazo	7.253.848,74	15.105.111,13	108,24%
Dívida Ativa Não Tributária – Longo Prazo	3.974.264,44	6.692.260,66	68,39%
Total Dívida Ativa Longo Prazo	11.228.113,18	21.797.371,79	94,13%
TOTAL DÍVIDA ATIVA	19.258.983,21	23.814.258,60	23,65%

De 2012 para 2013 houve uma redução da Dívida Ativa de curto prazo e um aumento no longo prazo, pois a partir de 2013, a classificação passou a ser realizada conforme o vencimento dos créditos, já em 2012, o montante lançado no curto prazo foi determinado pelo fluxo histórico de recebimentos e expresso pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios, conforme procedimento descrito no MCASP.

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa seguiu a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados descrito na Parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e foi calculada sobre o valor inscrito no longo prazo. As bases para a mensuração são apresentadas a seguir:

POSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA			
Mês	ANO DE 2011	ANO DE 2012	ANO DE 2013
Janeiro	11.721.860,07	11.946.721,08	21.955.575,04
Fevereiro	11.168.150,09	11.874.034,22	21.857.870,04
Março	11.096.566,03	12.289.495,93	21.855.505,54
Abril	11.156.480,46	11.985.095,42	21.775.389,03
Mai	11.009.780,65	11.765.709,27	21.669.198,51
Junho	10.865.345,25	11.606.454,68	21.497.539,72
Julho	10.874.637,02	11.493.295,86	24.352.352,88
Agosto	10.375.518,88	11.392.346,63	24.376.628,16
Setembro	10.530.013,35	11.281.398,32	24.251.562,79
Outubro	10.411.385,81	11.124.238,51	24.189.419,47
Novembro	10.301.298,20	11.998.013,42	23.944.483,38
Dezembro	10.668.957,79	19.258.983,21	23.794.659,03
a) Total	130.179.993,60	148.015.786,55	275.520.183,59
b) Média Mensal (a/12)	10.848.332,80	12.334.648,88	22.960.015,30

A tabela anterior apresenta a média anual dos saldos da posição da dívida em cada mês dos últimos três anos. Assim, em 2013, a posição mensal média da dívida ativa foi de R\$ 22.960.015,30.

Seguindo o procedimento descrito no Manual de Contabilidade necessita-se também da média percentual de recebimentos passados apresentadas abaixo.

RECEBIMENTOS DA DÍVIDA ATIVA			
	2011	2012	2013
c) Total de recebimentos	3.474.805,77	3.693.612,95	3.540.982,65
d) Média mensal (c/12)	289.567,15	307.801,08	295.081,89
e) Média ponderada de recebimentos (d/b x 100)	2,67%	2,50%	1,29%
Média ponderada % de recebimentos			2,15%

A tabela acima mostra que a Prefeitura consegue cobrar, em média, 2,15% do valor inscrito em dívida ativa de longo prazo, por mês. Assim a provisão foi constituída admitindo-se um percentual de perda de 97,85% (100% - 2,15%). Para 2013, o cálculo da provisão para perdas da dívida ativa é apresentada a seguir.

CÁLCULO DA PROVISÃO	
Saldo final da dívida de longo prazo em 31/12/2013	21.797.371,79
Índice de Provisão	2,15%
Valor da provisão para perdas da Dívida Ativa	21.328.736,64

1.5.4 Empréstimos e financiamentos concedidos

Os valores a receber referem-se a empréstimos concedidos pelo Município para financiamentos habitacionais. Este valor foi financiado pela Caixa Econômica Federal por intermédio da Prefeitura e o valor arrecadado é usado para o pagamento da dívida junto a CEF registrada no Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo.

São classificadas no Ativo Circulante as parcelas vencíveis até 31/12/2014, as parcelas vencidas e a vencer a partir de 01/01/2015 são registradas no Ativo Não Circulante.

1.5.5 Demais créditos e valores a receber

Referem-se a financiamentos concedidos pelo Município a empresas que adquiriram lotes do Distrito Industrial, valores a receber da União decorrentes de contratos de repasse em que as obras já estão em execução com os contratos já devidamente assinados, só faltando o Governo Federal efetuar a transferência dos recursos e outros valores a receber não inscritos em Dívida Ativa.

Os valores a receber no curto e no longo prazo é apresentado na tabela abaixo.

Conta	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Financiamentos concedidos	167.660,00	612.850,24	780.510,24
Valores a receber da União	3.112.033,24	0,00	3.112.033,24
Outros valores a receber	43.748,22	380.198,16	423.946,38
TOTAL	3.323.441,46	993.048,40	4.316.489,86

1.5.6 Estoques

O método para a mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64. As informações do valor dos estoques finais constantes no Balanço Patrimonial são provenientes do sistema de almoxarifado da Prefeitura Municipal.

Os estoques do Município de Erechim compreendem os seguintes itens:

Conta	2012	2013	Varição %
Material de Consumo	792.472,35	940.133,06	18,63%
Gêneros Alimentícios	38.737,38	16.510,70	-57,38%
Materiais de Construção	416.837,98	367.987,34	-11,72%
Autopeças	414.702,08	193.825,90	-53,26%
Medicamentos e Materiais Hospitalares	19.052,03	309.299,66	1523,45%
Material de Expediente	197.379,88	758.410,90	284,24%
Outros Almoxarifados	0,00	589,85	N/C
Estoques Diversos	3.415,06	0,00	-100,00%
TOTAL	1.882.596,76	2.586.757,41	37,40%

1.5.7 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método do custo e, quando possível, atualizados para o valor de mercado na data do Balanço Patrimonial e representam as ações em poder do Município da CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica e Brasil Telecon SA.

1.5.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

No Município de Erechim, o imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis. Os bens móveis e a respectiva depreciação são representados pelas seguintes contas contábeis:

Conta	2012			2013		
	Valor Contábil	Depreciação	Saldo Líquido	Valor Contábil	Depreciação	Saldo Líquido
Aparelhos de Medição e Orientação	189.006,52	-41.011,56	147.994,96	200.064,36	-63.098,87	136.965,49
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	254.097,39	-82.901,14	171.196,25	285.780,75	-118.276,18	167.504,57
Aparelhos, Equip. e Utensílios Méd. Odont. Labor. e Hospit.	928.248,39	-181.008,25	747.240,14	1.133.655,26	-271.337,32	862.317,94
Aparelhos e Equip. para Esportes e Diversões	139.273,01	-27.519,76	111.753,25	144.832,61	-45.594,36	99.238,25
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	417.181,42	-111.747,00	305.434,42	432.055,31	-166.595,42	265.459,89
Máquinas e Equipamentos Industriais	368.449,34	-19.045,42	349.403,92	479.424,37	-41.707,14	437.717,23
Máquinas e Equipamentos Energéticos	349.043,92	-125.723,59	223.320,33	390.686,92	-183.651,43	207.035,49
Máquinas e Equipamentos Gráficos	161.289,91	-39.414,72	121.875,19	142.708,93	-48.350,03	94.358,90
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	137.256,73	-39.193,79	98.062,94	139.052,26	-60.530,06	78.522,20
Equipamentos, Peças e Asses. Para Automóveis	10.451,00	0,00	10.451,00	10.451,00	0,00	10.451,00
Máquinas, Equip. e Utensílios Agropecuários e Rodoviários	14.258.663,54	-6.297.538,16	7.961.125,38	10.199.361,41	-6.851.974,83	3.347.386,58
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	67.513,22	-17.957,31	49.555,91	119.146,64	-26.811,98	92.334,66
Material de Uso Duradouro	299.849,61	-17.634,37	282.215,24	307.144,01	-28.613,05	278.530,96
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	45.319,00	-42.018,22	3.300,78	45.319,00	-43.185,88	2.133,12
Equipamentos de Processamento de Dados	6.571.840,65	-3.639.389,96	2.932.450,69	7.606.829,26	-4.742.271,67	2.864.557,59
Aparelhos e Utensílios Domésticos	673.259,94	-209.033,44	464.226,50	678.918,34	-304.035,94	374.882,40
Máquinas e Utensílios de Escritório	203.802,63	-60.444,34	143.358,29	185.540,40	-79.839,96	105.700,44
Mobiliário em Geral	4.217.272,34	-1.459.083,19	2.758.189,15	4.515.738,47	-2.206.059,72	2.309.678,75
Utensílios em Geral	962.429,01	-321.478,94	640.950,07	1.142.366,76	-519.302,18	623.064,58
Coleções e Materiais Bibliográficos	146.856,04	-56.313,66	90.542,38	150.775,96	-85.085,40	65.690,56

Conta	2012			2013		
	Valor Contábil	Depreciação	Saldo Líquido	Valor Contábil	Depreciação	Saldo Líquido
Discotecas e Fimotecas	42.657,40	-32.556,47	10.100,93	42.657,40	-41.085,66	1.571,74
Instrumentos Musicais e Artísticos	179.784,11	-26.209,43	153.574,68	264.215,65	-41.265,22	222.950,43
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	881.263,17	-276.561,74	604.701,43	970.353,48	-392.976,73	577.376,75
Obras de Arte e Peças para Exposição	242,00	0,00	242,00	242,00	0,00	242,00
Veículos em Geral	56.923,02	-3.087,71	53.835,31	53.904,54	-6.986,83	46.917,71
Veículos de Tração Mecânica	15.480.561,00	-3.149.776,18	12.330.784,82	16.666.168,00	-5.018.562,09	11.647.605,91
TOTAL	47.042.534,31	-16.276.648,35	30.765.885,96	46.307.393,09	-21.387.197,95	24.920.195,14

Os bens móveis registrados no ativo imobilizado com vida útil econômica limitada são depreciados pelo método linear, conforme tabela de depreciação e valor residual estabelecida no Decreto Municipal nº 3.653 de 15 julho de 2011 apresentada a seguir.

Conta	Título	Vida útil (anos)	Valor residual
14212.04.00	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
14212.06.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
14212.08.00	Apar., Equip. e Utens. Med. Odont. Labor. e Hosp.	15	20%
14212.10.00	Aparelhos e Equip. P/ Esportes e Diversões	10	10%
14212.12.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
14212.13.00	Armazéns Estruturais – Coberturas de Lona	10	10%
14212.14.00	Armamentos	20	15%
14212.18.00	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
14212.19.00	Discotecas e Fimotecas	5	10%
14212.24.00	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
14212.26.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
14212.28.00	Máquinas e Equip. de Natureza Industrial	20	10%
14212.30.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
14212.32.00	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
14212.33.00	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
14212.34.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
14212.35.00	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
14212.36.00	Máquinas, Instalações e Utens. de Escritório	10	10%
14212.38.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
14212.39.00	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
14212.40.00	Maq. Equip. Utensílios Agri/Agrop. e Rodoviários	10	10%
14212.42.00	Mobiliário em Geral	10	10%
14212.48.00	Veículos Diversos	15	10%
14212.49.00	Equipamentos e Material Sigiloso e Reservado	10	10%
14212.50.00	Veículos Ferroviários	30	10%
14212.51.00	Peças Não Incorporáveis e Imóveis	10	10%
14212.52.00	Veículos de Tração Mecânica	15	10%
14212.54.00	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10%

Conta	Título	Vida útil (anos)	Valor residual
14212.57.00	Acessórios para Automóveis	5	10%
14212.58.00	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%
14212.60.00	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%
14212.83.00	Equipamentos e Sistema de Prot.Vig. Ambiental	10	10%

Já os bens imóveis são divididos em **bens de uso especial**, que compreende os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal; **bens dominiais**, que compreende os bens pertencentes ao Município a que se tenha dado estrutura de direito privado, como os bens imóveis a alienar e **bens de uso comum do povo** que pode ser entendido como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.

Os valores registrados em bens imóveis no Município são os seguintes:

Contas	2012	2013	Variação %
Bens Imóveis – Bens de Uso Especial	35.142.747,72	40.800.242,22	16,10%
Edifícios	25.562.610,46	27.546.539,78	7,76%
Terrenos/Glebas	9.580.137,26	11.765.910,70	22,82%
Imóveis de Uso Educacional	0,00	748.068,48	N/C
Imóveis de Uso Recreativo	0,00	343.338,39	N/C
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	396.384,87	N/C
Bens Imóveis – Bens Dominiais	0,00	1.721.119,00	N/C
Terrenos	0,00	1.721.119,00	N/C
Bens Imóveis – Bens de Uso Comum do Povo	0,00	4.460.323,99	N/C
Ruas	0,00	2.442.043,33	N/C
Praças	0,00	1.915.103,71	N/C
Estradas	0,00	4.501,60	N/C
Pontes	0,00	53.364,95	N/C
Outros Bens de Uso Comum do Povo	0,00	45.310,40	N/C
Bens Imóveis – Obras em Andamento	2.805.340,46	2.532.593,32	-9,72%
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	37.948.088,18	49.514.278,53	30,48%

Os bens imóveis do Município ainda não estão sendo depreciados, pois o Departamento de Patrimônio não terminou a reavaliação destes bens onde deverá ser determinado o seu valor e vida útil. Quando o Departamento responsável tiver estas informações, estes bens passarão a ser depreciados e os registros serão efetuados na contabilidade.

Em 2013, com adoção no novo plano de contas aplicado ao setor público, novas contas foram incluídas no registro dos bens imóveis, razão pela qual, não existem valores comparativos. Até 2012 o registro dos bens de uso especial e bens dominiais eram realizados pela contabilidade, porém somente nas contas de edifícios e de terrenos. A partir de 2013, houve um desdobramento maior que foi adotado para atender as normas do MCASP.

Quanto aos bens de uso comum do povo, estes passaram a ser incorporados ao Patrimônio do Município somente em 2013 e ainda não estão sendo depreciados.

1.5.9 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

O valor registrado em obrigações trabalhistas compreende os valores devidos pelo município aos servidores em 31/12/2013, incluindo as provisões de férias e 13º salário e respectivos encargos, bem como os encargos sociais e os precatórios de pessoal a serem pagos em 2014. As contas e valores deste grupo são apresentados na tabela a seguir.

Conta	2012	2013	Variação %
Provisão para férias e 13º salário	7.709.938,78	9.136.516,41	18,50%
Encargos sociais sobre as provisões	1.696.654,66	1.995.960,49	17,64%
Pessoal a pagar de exercícios anteriores	68.884,15	3.834,21	-94,43%
Encargos sociais a pagar	1.186.329,95	1.382.075,99	16,50%
Precatórios de pessoal	53.472,51	192.000,88	259,06%
TOTAL	10.715.280,05	12.710.387,98	18,62%

1.5.10 Empréstimos e financiamentos a curto e longo prazo

Os empréstimos e financiamentos compreende os valores devidos pelo Município à Caixa Econômica Federal decorrentes de financiamentos habitacionais. Os contratos, taxas de juros, vencimentos e valores devidos são apresentados na tabela a seguir.

Contrato	Taxa de Juros	Vencimento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
39473-40	7,00 % a.a.	Março/2014	15.970,57	0,00	15.970,57
39476-40	7,00% a.a.	Março/2014	16.053,19	0,00	16.053,19
46753-83	5,00% a.a.	Maió/2016	73.472,41	85.125,36	158.597,77
59125-38	5,00% a.a.	Novembro/2014	220.036,70	0,00	220.036,70
122250-99	5,00% a.a.	Setembro/2016	16.500,00	21.421,58	37.921,58
TOTAL			342.032,87	106.546,94	448.579,81

1.5.11 Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Compreende os valores devidos pelo Município em 31/12/2013 a fornecedores de mercadorias e serviços nos casos em que já ocorreu o fato gerador restando somente o pagamento devido.

1.5.12 Obrigações fiscais a curto prazo

Representa o valor devido pelo Município ao Governo Federal decorrente do PIS/PASEP com vencimento em janeiro de 2014.

1.5.13 Demais obrigações a curto prazo

As demais obrigações compreendem os valores restituíveis recolhidos por terceiros ao Município e não devolvidos até 31/12/2013 e que foram efetuados em cumprimento a determinações legais e/ou contratuais, precatórios judiciais de terceiros que devem ser pagos em 2014 e outras obrigações de curto prazo. O detalhamento é apresentado a seguir.

Conta	2012	2013	Variação %
Valores restituíveis	2.001.438,78	2.006.786,11	0,27%
Consignações	1.233.746,12	1.158.849,28	-6,07%
Depósitos Judiciais	0,00	11.359,14	N/C
Cauções em Dinheiro	767.692,66	836.577,69	8,97%
Precatórios de Terceiros	331.433,67	141.353,14	-57,35%
Outras Obrigações de Curto Prazo	7.746,31	70,51	-99,09%
TOTAL	2.340.618,76	2.148.209,76	-8,22%

1.5.14 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. No Município de Erechim é formado pelas seguintes contas:

Conta	2012	2013	Variação %
Resultado do Exercício	0,00	5.038.359,90	N/C
Resultado de Exercícios Anteriores	85.262.410,42	85.262.410,42	0,00%
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.096.863,19	7.065.598,61	15,89%
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	91.359.273,61	97.366.368,93	6,58%

O valor registrado em ajustes de exercícios anteriores refere-se aos restos a pagar não processados lançados como despesa do exercício em 2012. Em 2013, em razão da mudança na forma de contabilização para atender as normas contábeis, este valor passou a ser reconhecido como despesa somente na ocorrência do fato gerador, conforme nota explicativa 1.3. Para que o Balanço Patrimonial de 2012 pudesse ser fechado, a fim de compará-lo com o exercício de 2013, os valores dos restos a pagar não processados foram demonstrados como ajustes de exercícios anteriores.

1.5.15 Ativo e Passivo financeiro e permanente

Para atender o disposto na Lei 4.320/64, os ativos e passivos foram separados em ativos financeiros e permanentes e passivos financeiros e permanentes.

Os ativos financeiros compreendem os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Já o ativo permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O passivo financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita). O passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

1.5.16 Ativo e Passivo compensado

No Ativo e Passivo Compensados são registrados os atos potenciais do Ativo e Passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o Patrimônio. No caso do Município de Erechim, foram registrados os valores dos precatórios a serem pagos em 2014 e os valores de adiantamentos em que não houve prestação de contas no ano de 2013.

1.6 Demais informações com relação às Demonstrações Contábeis

As Demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os modelos estabelecidos no MCASP, válidos para o exercício de 2013. No Balanço Patrimonial e no Balanço Financeiro foi feita a correspondência de saldos entre o modelo anterior e o atual de modo a permitir o preenchimento da coluna “exercício anterior”, conforme previsto no item 19 das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade expedido pelo Tesouro Nacional.

Já a Demonstração das Variações Patrimoniais, por ter mudado completamente a estrutura e os critérios de mensuração dos elementos que formam a demonstração, não foi possível fazer a correspondência entre os valores, e mesmo fazendo a correspondência, os valores ficariam distorcidos não representado adequadamente a situação da entidade. Como mudanças na forma de contabilização destacam-se o reconhecimento dos créditos tributários por competência e o não reconhecimento dos restos a pagar não processados nas variações patrimoniais diminutivas no exercício de 2013.

Em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa, como é o primeiro ano de elaboração, também não foram apresentadas informações comparativas pois não existia esta demonstração em 2012.

A possibilidade da não apresentação de informações comparativas está prevista também no item 19 da IPC 00, em que “o órgão ou entidade poderá optar por não evidenciar os valores da coluna do exercício anterior, evidenciando os motivos em notas explicativas”.

Erechim, 31 de dezembro de 2013.

Paulo Alfredo Polis
Prefeito Municipal
CPF: 428.516.290-34

Edson Luis Kammler
Contador – CRC nº 198.110/O-8
CPF: 688.888.050-87